

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO PRÉ-VESTIBULAR: UMA ANÁLISE DO CASO DO CEUE PV

*EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE PRE-VESTIBULAR CONTEXT: AN
ANALYSIS OF THE CEUE PV*

*Carolina de Freitas Correa SIQUEIRA¹
Eduardo Cristiano Hass da SILVA²*

Resumo: Neste artigo, apresentamos um estudo acerca da inserção do tema da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no âmbito do Curso Pré-vestibular popular CEUE– Porto Alegre –RS. Como estratégia metodológica, realizamos uma análise interpretativa documental dos conteúdos programáticos de um conjunto de palestras apresentados em atividades do preparatório, material fornecido por professores e direção da instituição. Para tanto, tomamos o aporte teórico dos Estudos Culturais enquanto recurso interpretativo das práticas de ensino antirracista mobilizadas no âmbito do referido Pré-vestibular. Entendemos a inserção da ERER enquanto um desdobramento importante no que tange ao atendimento das demandas inclusivas das pautas identitárias. Ao abrir espaço de discussão acerca do tema da ERER, a instituição de ensino referida se coloca como aliada das lutas dos movimentos sociais negros e assume uma postura afirmativa e propositiva. Tal posicionamento produz efeitos potentes no que diz respeito a promoção da igualdade racial, bem como de práticas educativas inclusivas, contra-hegemônicas e problematizadoras das estruturas sociais.


Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. Pré-vestibular popular. Ensino de História em Espaços não-escolares.

INTRODUÇÃO

O presente artigo realiza uma análise da entrada da temática da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no âmbito do Curso Pré-Vestibular do Centro de Estudantes Universitários de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEUE-UFRGS). Para tanto, adotamos como estratégia metodológica a análise documental e interpretativa dos conteúdos programáticos que estruturam um conjunto de palestras proferidas na instituição. O material analisado foi fornecido por professores e pela equipe diretiva do preparatório.

Instituída por meio da Lei 10.630/2003, a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana permeia, portanto, os espaços educativos

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS); integrante do NECCSO: Núcleo de Estudos Currículo, Cultura e Sociedade (UFRGS). E-mail: carolinafcsiqueira@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-2680-6083>.

² Doutorando em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: eduardohass.he@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-3906-5448>.

há mais de uma década. Nessa direção, o CEUE-UFRGS passou a introduzir a temática supracitada como componente da atividade de ensino intitulada “Ciclo de Palestras: Temáticas em História do CEUE Pré-Vestibular”. A atividade diz respeito a uma proposta didática adotada neste curso pré-vestibular popular, a qual visa propor discussões transversais aos estudantes. Neste escopo inserem-se as abordagens do tema das EREER sobre as quais nos debruçamos neste estudo, com o objetivo de evidenciar como as relações étnico-raciais são abordadas nos vestibulares e ENEM, demonstrando a importância desta temática para os cursos populares. Como suporte teórico para a realização da analítica proposta neste texto, tomamos emprestado o aporte dos Estudos Culturais enquanto recurso interpretativo das práticas de ensino antirracista mobilizadas no âmbito do referido Pré-vestibular, pois tal repertório teórico possibilita o desenvolvimento dos conceitos de Identidade, Diferença, Inclusão e Exclusão que embasam fortemente as políticas educacionais antirracismo em vigor no Brasil contemporâneo.

Este texto, escrito a quatro mãos, está apresentado em três blocos: o primeiro destina-se a fazer uma apresentação do contexto no qual emergem os cursos pré-vestibular comercial e popular no Brasil, atentando especificamente para a criação do CEUE PV. É neste preparatório que se desenvolvem as atividades pedagógicas do Ciclo de Palestras supracitado. O segundo, se dedica a articular a inserção do tema da EREER do âmbito do curso Pré-vestibular com as lentes teóricas dos Estudos Culturais, o que abre espaço para o terceiro e último bloco analítico deste estudo, no qual tomamos os conceitos de Identidade, Diferença, Inclusão e Exclusão, analisamos a inserção da EREER enquanto um desdobramento importante no atendimento das demandas identitárias, afirmativas e propositivas de uma Educação mais inclusiva, contra-hegemônica e problematizadora das estruturas sociais.

PRÉ-VESTIBULARES POPULARES E O CEUE- PV

A legislação brasileira apresenta o termo ‘exame vestibular’ pela primeira vez no Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915, que visou organizar o ensino secundário e superior no Brasil. A partir da Reforma Universitária de 1968 o exame vestibular configurou-se da maneira que o conhecemos atualmente, com provas unificadas para todos os candidatos a uma vaga no ensino superior. O Decreto nº 68.908/71 regulamentou o vestibular, organizando as provas por disciplinas do ensino de grau médio, acrescidas de uma língua estrangeira moderna.

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (2010) afirma que, a partir do momento em que a demanda de estudantes aptos a entrarem nas universidades tornou-se maior que o número de vagas disponíveis, emergiram os chamados cursinhos pré-vestibulares. Os primeiros cursos preparatórios possuíam características ‘artesanal’, que, após a Reforma de 1968, passaram por um processo de profissionalização, com a criação de redes empresariais voltadas para este mercado. De acordo com a autora, a criação

destes cursinhos pode ser compreendida a partir de duas formas. Primeiramente, como uma “estratégia das elites”, ou seja, grupos favorecidos economicamente que visavam garantir a seus filhos e filhas o ingresso no ensino superior. Em segundo lugar, Whitaker (2010) destaca também a transformação destes preparatórios em nichos comerciais, cada vez mais atrativos e favoráveis ao lucro por parte de grupos empresariais.

A partir dos elementos apresentados por Whitaker (2010), os preparatórios podem ser vistos como mecanismos que perpetuam as desigualdades de oportunidades escolares, favorecendo grupos economicamente favorecidos. Os exames de vestibular acabam, desta forma, legitimando desigualdades e culpabilizando os grupos desfavorecidos pela falta de mérito.

A partir do movimento de ressignificação desta “estratégias das elites” emergem os cursinhos pré-vestibulares populares, os quais visam oferecer oportunidades de ensino e reforço educacional para estudantes desfavorecidos economicamente. Diferentes grupos mobilizam-se na criação destes espaços, como alunos de graduação, professores, movimentos sociais, dentre outros.

Para Whitaker (2010), os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na criação dos primeiros cursinhos populares. Os primeiros exemplos remontam à segunda metade do século XX, criados por meio de diretórios acadêmicos, sendo os próprios estudantes de graduação os professores. A partir da década de 1980, com novos movimentos sociais, partidos de esquerda e grupos da Igreja Católica, a existência de cursinhos populares foi significativamente ampliada, servindo também, como uma forma de reivindicação por melhores condições educacionais. Elson Luiz Barbosa Filho (2010) destaca que os pré-vestibulares populares não devem ser compreendidos apenas como um espaço de preparação para o vestibular, mas também como um movimento social, capaz de gerar tensionamentos a respeito da educação superior e os critérios de seleção. Via de regra, as pessoas envolvidas com a organização de preparatórios populares são sujeitos conscientes de seu papel na sociedade e buscam alternativas para atender a demanda dos seguimentos excluídos do ensino superior.

Para Whitaker (2010), os cursinhos populares apresentam um resultado positivo, sendo suficientes para o ingresso nas universidades. No entanto, conforme destaca Barbosa Filho (2010), além de locais de reprodução de conteúdos e preparação para os vestibulares, os preparatórios populares são espaços de diálogo e socialização, com sujeitos que precisam e podem aprender uns com os outros. Por isso, alguns cursinhos populares acrescentam momentos e disciplinas voltadas para a troca de ideias discussões e reflexões sobre a sociedade e as desigualdades educacionais brasileiras, como a atividade “Ciclo de Palestras: Temáticas em História do CEUE Pré-Vestibular”, aqui analisada.

O ciclo de palestras mencionado é parte das atividades de um cursinho pré-vestibular popular, vinculado ao CEUE (Centro Universitário de Engenharia) da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), na cidade de Porto Alegre (RS). As origens deste cursinho remontam ao ano de 1955, criado como parte do Centro Universitário mencionado. Ao analisarem nuances da história do preparatório, os autores afirmam que inicialmente, ele havia sido criado como um espaço de reforço para as disciplinas de matemática, química e física. No entanto, com o passar dos anos, foi transformado em pré-vestibular, oferecendo todas as disciplinas exigidas nos exames vestibular.

Atualmente, o preparatório é gerido por alunos e alunas dos cursos de Engenharia da UFRGS, como parte das atividades de extensão da universidade. Para o ano de 2020, a partir do Edital nº1/2020³, o preparatório ofereceu um total de 200 vagas (CEUE, 2020), sendo 100 para o turno da tarde e 100 para o turno da noite. Segundo o edital, o cursinho destina-se a: “pessoas com ensino médio completo ou a completá-lo em 2020, sem restrição de faixa etária. Preferencialmente, pessoas oriundas de ensino público de educação e/ou bolsistas oriundos de ensino particular” (CEUE, 2020, p. 1). Conforme podemos observar, o edital destaca que o preparatório atende, preferencialmente, alunos oriundos do ensino público ou bolsistas de instituições privadas, a reforçar o compromisso social da instituição.

No ano de 2020, devido à pandemia de COVID-19, o preparatório não deixou de oferecer suas aulas. A partir da organização da coordenação e dos professores do preparatório, as aulas passaram a ser realizadas na modalidade remota, a partir do uso de diferentes redes sociais como o Facebook⁴, de programas como o Google Classroom⁵ e, também, a partir da disponibilização de apostilas de conteúdo em formato digital.

Considerando que a demanda pelo preparatório é maior do que a capacidade física e administrativa suportada, a instituição estabelece um sistema de seleção, o qual ocorre a partir de uma prova referente às disciplinas exigidas nos vestibulares, com 20 questões optativas⁶ e um texto dissertativo⁷ sobre um determinado tema. Este mecanismo de seleção adotado pela instituição pode, em um primeiro

³ O Edital contém 8 páginas, composto por uma apresentação do processo seletivo, público-alvo do curso pré-vestibular, vagas, local e horário das aulas, mensalidades, documentação, sistema de bolsas e cotas, entre outros. O documento está disponível em: <https://www.ceuepv.com.br/processo-seletivo>. Acesso em 06/04/2020.

⁴ A rede social permite, além do compartilhamento de textos e imagens, a gravação e o armazenamento de vídeos. Dessa forma, se tornou aliada para os professores, os quais podem oferecer aulas em tempo real, gravá-las e fornecê-las para os estudantes. Sobre, ver: <https://www.facebook.com/>.

⁵ O Google Classroom é uma ferramenta que funciona como uma sala de aula virtual. Nesta plataforma, os professores podem organizar seus conteúdos por módulos, por data, etc. Além disso, permite a disponibilização de matérias em diferentes suportes, como vídeos, imagens e textos, bem como organização de atividades avaliativas, como questionários online.

⁶ As questões são no modelo ENEM, divididas em 5 questões de linguagem, 5 questões de matemática, 5 questões de ciências humanas e 5 questões de ciências da natureza (CEUE, 2020).

⁷ A extensão do texto é entre 10 e 15 linhas (CEUE, 2020).

momento, contribuir para a perpetuação das diferenças, uma vez que centra-se na lógica meritocrática, favorecendo determinados grupos sociais; no entanto, o edital reforça em diferentes momentos que “o curso CEUE Pré-vestibular é destinado preferencialmente a pessoas em condições de sensibilidade socioeconômica, oriundas da rede pública de ensino” (CEUE, 2020, p. 2020).

Dessa forma, embora adote a lógica meritocrática para ingresso, o preparatório funciona como uma instituição contrária à lógica de favorecimento das elites econômicas, pois define um público-alvo. O edital estabelece ainda a existência de uma lista de espera, utilizada ao longo de diferentes chamadas ao longo do ano, permitindo que, caso ocorram desistências, outros estudantes possam ser beneficiados. As aulas são ministradas em um dos campus da UFRGS, em Porto Alegre, de segunda à sexta, com cinco períodos diários. As disciplinas que compõem a estrutura curricular do preparatório são, como anteriormente destacamos, aquelas cobradas pelo vestibular da UFRGS e pelo ENEM: Biologia, Espanhol, Física, Geografia, História do Brasil, História Geral, Inglês, Literatura, Matemática, Português, Química e Redação. Até o ano de 2017, o preparatório não contava com disciplinas específicas para a realização de debates sobre as realidades dos alunos, disciplinas que gerassem espaços de discussão social.

Na tentativa de preencher esta lacuna, a partir do ano de 2017 passou a ser oferecida a atividade pedagógica intitulada de “Ciclo de Palestras: Temáticas em História do CEUE Pré-Vestibular”. O ciclo é organizado pelo docente da disciplina de História do Brasil do Preparatório, oferecida nas sextas-feiras, no período entre os turnos da tarde e da noite, visando atingir os alunos de ambos os turnos. São convidados, semanalmente, pesquisadores, docentes, mestrandos e doutorados que pesquisam sobre temas relacionados às palestras oferecidas. Estes profissionais, de forma voluntária, proferem uma palestra sobre o tema elencado e, na sequência, colocam-se à disposição dos alunos para dúvidas, tensionamentos, problematizações e demais comentários.

De forma geral, a atividade visa proporcionar espaços de discussão acerca de temas referentes às problemáticas históricas relevantes no Brasil contemporâneo, possibilitando o desenvolvimento de senso crítico na resolução de questões dos exames de classificação e seleção (ENEM e Vestibular). Os objetivos específicos da atividade consistem em gerar espaços de discussão sobre temas da atualidade; permitir que os alunos do PV-CEUE conheçam pesquisadoras e pesquisadores sobre temáticas da atualidade, especialmente sobre os temas sensíveis da História e; construir espaços de discussão sobre temas que permeiam a formação subjetiva de cada um dos sujeitos envolvidos no projeto.

CICLO DE PALESTRAS TEMÁTICAS EM HISTÓRIA DO CEUE PRÉ-VESTIBULAR E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

De modo geral, os temas das palestras são sugeridos pelos alunos e alunas e pelo professor organizador da disciplina de História do Brasil. Neste estudo, tomamos o conteúdo programático que estruturou os ciclos de palestras durante o período de 2017 a 2019, sendo eles apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Temas das Palestras realizadas no período entre 2017-2019

Síria: Civilização e Barbárie;
Os Princípios da Guerra Justa;
Brasil em Números: Panorama Histórico das Políticas Públicas;
Cinema, memória e ditadura civil militar;
Algumas considerações sobre Indústria Cultural e Sociedade de Consumo;
Favela representada: discursos sobre o urbano;
Entre Preservar e Salvar: Reflexões acerca do(s) patrimônio (s) Cultural (is);
“Que nós todos tomemos um tal gosto pela liberdade”: panorama Histórico da Educação Brasileira;
Migrações de ontem e de hoje: algumas reflexões históricas;
“O sistema penal, assim como as serpentes, só morde os pés descalços”: reflexões sobre criminalização e encarceramento;
Educação das Relações Étnico-Raciais: debates necessários em tempos de incertezas;
Entre a Bíblia e a constituição: Uma análise do fenômeno religioso dentro da política brasileira;
O Estado Novo e a figura emblemática de Vargas (1937-1945);
Comissão da Verdade: História, Memória e Ditadura;
História da Arte 1;
História da Arte 2;
História da Arte 3

Fonte: Elaborado pelos autores (2020) a partir dos documentos institucionais

Conforme é possível observar no Quadro 1, os Ciclos de Palestras ofereceram o total de dezessete palestras com temas que envolvem questões relacionadas aos conflitos contemporâneos; políticas públicas brasileiras; os períodos do Estado Novo e ditadura civil-militar no Brasil; patrimônio cultural; Educação brasileira, cultura e sociedade de consumo, cenário político nacional, sistema penal, História da Arte, entre outras. Inserido no eixo relacionado à Educação brasileira, o tema das Relações Étnico-Raciais apresentou-se como um ponto importante e sobre o qual passou a se estabelecer considerável demanda de abordagem por parte dos estudantes. Deste

modo, a organização do Ciclo de Palestras passou a ofertar palestras relacionadas à EREER a partir da prerrogativa de que os espaços educativos funcionam de modo estratégico nas propostas de problematização e superação do racismo.

É possível observar a presença de questões relacionadas à EREER de duas formas, sendo ela a temática central da palestra ou, ainda, sendo abordada de forma tangencial. No caso da abordagem central, destaca-se a palestra “Educação das Relações Étnico-Raciais: debates necessários em tempos de incertezas”. No entanto, esta não foi a única atividade sobre a temática, uma vez que ela é tomada também nas discussões das palestras “Brasil em Números: Panorama Histórico das Políticas Públicas”, “Favela representada: discursos sobre o urbano”; “Entre Preservar e Salvar: Reflexões acerca do(s) patrimônio (s) Cultural (is)”; “Migrações de ontem e de hoje: algumas reflexões históricas” e “O sistema penal, assim como as serpentes, só morde os pés descalços”: reflexões sobre criminalização e encarceramento”.

As lutas no campo do antirracismo consolidaram-se, principalmente, a partir das intensas demandas pela valorização, reconhecimento das chamadas “diferenças” étnico-raciais a partir de um prisma afirmativo. De acordo com Petrônio Domingues (2005, p. 164), esse movimento ocorre como um desdobramento “da luta empreendida pelo movimento negro, há décadas assiste-se a uma mudança de postura, em vários segmentos da sociedade brasileira, em relação ao tratamento conferido às questões da população negra no país”.

Nesse cenário, pode ser observada a institucionalização de um grande aparato de espaços públicos táticos para a elaboração e efetivação de políticas públicas antirracismo, haja vista a criação do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010a), do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SNAPIR), regulamentado por meio do Decreto 8.136, em 2013, e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), instituída pela Lei nº 10.678. Toda essa ambiência social proporcionou condições de possibilidade para a inscrição da temática nas políticas educacionais antirracismo. Entre elas, ganha destaque a Política de Cotas Raciais (BRASIL, 2012), que designa um percentual das vagas no Ensino Superior para indivíduos autodeclarados pretos ou pardos, bem como a legislação que instituiu a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica (BRASIL, 2003). Sustentados por toda essa estrutura institucional, os movimentos negros tomam força para a promoção das ações na valorização da negritude e no combate ao racismo, requisitando espaços para debater a desigualdade racial.

Nessa trilha, consideramos relevante salientar o pressuposto teórico que sustenta as análises realizadas neste estudo. Compreendemos a inserção das pautas relacionadas ao ensino das relações étnico-raciais dentro das atividades educativas do CEUE como um desdobramento importante da consolidação e atendimento dessas demandas. Tais demandas, calcadas na necessidade de reordenação e

redimensionamento afirmativos das narrativas identitárias a respeito das negritudes brasileiras, tomam como estratégico o conceito diferença.

A noção de diferença, em uma perspectiva das pautas identitárias, está vinculada às teorizações dos Estudos Culturais das relações entre identidade e diferença. Considerando o importante papel desses conceitos na formulação das ideias que estruturaram as perspectivas inclusivas que sustentaram parte das ações afirmativas, tanto no que tange às Relações Étnico-Raciais como, de maneira geral, dos grupos culturais considerados como parte das chamadas “diferenças”, entendemos que seja relevante situar o olhar por meio do qual olhamos para todo o aparato que tange as políticas de ação afirmativa no contexto educacional. O campo teórico referido se apresenta, portanto, como um terreno fértil para a elaboração das teorizações a respeito do entendimento de pertencimento identitário, valorização cultural das diferenças e produção das narrativas sobre ancestralidades.

Ao arguir sobre as compreensões de identidade e diferença, Stuart Hall (1997a; 1997b) considera que o jogo identitário é relacional, pois a presença do outro é condição de existência para a produção das narrativas identitárias, em outras palavras, a identidade se compõe a partir de algo que ela não é. Nessa direção, a identidade se constitui pelo próprio entendimento da diferença. Em suas análises, Hall (1997b) parte do entendimento de que essas concepções elaboram-se de modo relacional entre a cultura com as redes de significações; o autor nomeia essa relação de *sistema de representação*. Para ele, só é viável analisar os significados inseridos nesses sistemas de representação, se forem levadas em consideração as posições de sujeito que eles determinam e a maneira como esse sujeito coloca-se no interior desses jogos de representações.

Ao fazer isso, o sociólogo defende que as análises sobre este “circuito da cultura” entram em outro momento; momento no qual ocorre um deslocamento da ênfase nesses sistemas de representação, para as identidades produzidas por esses próprios sistemas, incluindo as identidades elaboradas no âmbito das diferenças emergidas destas relações. Para Kathryn Woodward (2000, p. 10), também pesquisadora dos Estudos Culturais, estes sistemas “fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados”.

Ao longo do processo de efetivação de direitos, sobretudo no contexto de redemocratização do Brasil, os processos de in/exclusão começam a ser promovidos por meio de políticas que visam a promoção da cidadania. Entre as décadas de 1980 e 1990, a inclusão emerge por meio do que Sylvio Gallo (2015, p. 332) chamou de “governamentalidade democrática, na qual o centro é o cidadão. É nesse contexto que o valor fundamental a ser afirmado seja o da cidadania”. Assim, no ambiente social atravessado pelo princípio da democracia, o discurso da inclusão é estabelecido como imperativo nas ações voltadas aos indivíduos historicamente excluídos.

Essas dinâmicas - ocorridas no cenário pós-ditadura militar do país - possibilitam a emergência da “inclusão como prática política da governamentalidade” (LOPES, 2009, p. 154), como chama os pesquisadores do campo dos Estudos Foucaultianos em Educação. As pautas identitárias, nesse sentido, apresentam-se como espaços potentes para a mobilização da lógica de uma governamentalidade democrática, inclusiva e de valorização das chamadas “diferenças”.

Assim, o desejo de inclusão é posto em funcionamento por meio de condutas afirmativas. Para Adriana da Silva Thoma (2016), a inclusão é tanto um direito quanto um imperativo de Estado. Como direito, a lógica inclusiva faz parte da composição das sociedades contemporâneas, nas quais a inclusão de todos é elemento fundamental para a efetivação dos princípios democráticos assegurados; entre eles, vale salientar aqui, o de ocupar espaços educativos. Como um imperativo, na lógica governamental do neoliberalismo, o Estado brasileiro vem fazendo, desde a década de 1990, investimentos na circulação e participação das chamadas “minorias sociais”, e os espaços educacionais, nesse sentido, funcionam como lugares estratégicos para a efetivação da governamentalidade democrática e inclusiva.

A breve exposição conceitual supracitada é relevante pois o aporte conceitual dos Estudos Culturais, sobretudo as noções relacionadas com a identidade e diferença, estão na base das fundamentações que justificam e elaboram parte considerável das políticas educacionais afirmativas. Entre elas, vale dizer, as políticas educacionais antirracistas às quais nos referimos. Com isso em vista, partimos do entendimento que os encaminhamentos pedagógicos mobilizados pelo CEUE Pré-Vestibulares no sentido de dar conta das demandas afirmativas antirracistas em suas práticas de ensino estão alinhados com a sustentação conceitual das políticas inclusivas educacionais antirracismo.

O TEMA DA ERER NO ÂMBITO DO CEUE PRÉ-VESTIBULAR E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Para analisarmos o modo como a temática da ERER foi inserida nos conteúdos desenvolvidos em ações de ensino de História no CEUE Pré-vestibular, debruçamo-nos sobre os conteúdos programáticos desenvolvidos nas referidas palestras. Primeiramente, salientamos a importância da abordagem do conceito de “lugar de fala” desenvolvido nas palestras. No texto intitulado *Pode o subalterno falar?* (SPIVAK, 2010), publicado originalmente em 1985, a professora indiana Gayatri Spivak realiza um chamado problematizador a respeito do papel dos intelectuais, dentro das discussões sobre as populações em situação de vulnerabilidade ou risco e dos grupos que são considerados minorias sociais. A autora questiona o espaço acadêmico no molde ocidental contemporâneo e europeu do qual, em maior ou menor escala, todos somos sujeitos: atuam como cúmplices da permanência da lógica colonialista que estabelece relação entre o acadêmico detentor da fala e da minoria

social que continua, em alguma medida, sendo o outro, o objeto de estudo; ou seja, permanece em situação de subalternidade.

Na mesma direção, é possível observar a entrada das reivindicações pelo reconhecimento do lugar de fala no contexto da pesquisa brasileira contemporânea e, assim, é fundamental salientar os intensos debates promovidos, a partir do livro de Djamila Ribeiro intitulado *O que é lugar de fala?* (2018), no qual são debatidas questões referentes à necessidade de abertura de espaços de luta, mobilizadas por sujeitos históricos e socialmente excluídos a partir dos seus próprios lugares. Ou seja, Djamila Ribeiro (2018) defende que seja restituída aos sujeitos a singularidade humana, negada e distorcida por meio da objetificação elitista e colonialista de suas histórias.

As abordagens desenvolvidas durante as atividades relativas à EREER no CEUE Pré-vestibular versaram justamente com base nas arguições conceituais de SPIVAK (2010) e RIBEIRO (2018). Tal abordagem funcionou no sentido de estabelecer diálogos com os estudantes e fornecer recursos teóricos e interpretativos que auxiliem a entender a ideia de branquitude enquanto espaço social privilegiado e compreender as dimensões éticas do conceito de lugar de fala enquanto ferramenta potente de promoção do protagonismo e representatividade negra (com ênfase, claro, em espaços educativos e acadêmicos) e de modos de existência inclusivos. Estas questões foram desenvolvidas não apenas na palestra “Educação das Relações Étnico-Raciais: debates necessários em tempos de incertezas”, mas também tomadas, de forma tangencial, em “O sistema penal, assim como as serpentes, só morde os pés descalços”: reflexões sobre criminalização e encarceramento”.

Outro ponto importante abordado nas atividades do CEUE Pré-vestibular foi a entrada das pautas identitárias na Educação e políticas educacionais antirracismo enquanto estratégias para a inserção do tema do racismo estrutural na sociedade brasileira. Este item do conteúdo programático foi desenvolvido a partir de uma conexão entre a emergência do tema das pautas identitárias demandadas pelos movimentos sociais negros. Também foram tomadas como disparadoras do debate sobre a necessidade de políticas de ação afirmativa no âmbito educacional, as discussões que orbitam em torno do conceito de lugar de fala e da importância da representatividade e protagonismo negro. A partir da introdução do tema, foi apresentada uma digressão do aparato legislativo⁸ responsável por inscrever a EREER na agenda pública nacional. Esta problematização também aparece em diferentes palestras. Para além das duas atividades supracitadas, antes tensionamentos foram realizados também em “Brasil em Números: Panorama Histórico das Políticas Públicas”, “Favela representada: discursos sobre o urbano” e “Entre Preservar e Salvar: Reflexões acerca do(s) patrimônio (s) Cultural (is)”;

⁸ Legislações referenciadas no item intitulado Ciclo de Palestras Temáticas em História do CEUE Pré-Vestibular e a Educação das Relações Étnico-Raciais do presente estudo.

O desenvolvimento dessa parte do conteúdo proporcionou um espaço de ampla discussão dos estudantes no que se refere a relevância social das políticas educacionais antirracismo. As argumentações desenvolvidas partiram dos estudos de Petronio Domingues (2005) segundo os quais a efetivação das políticas educacionais antirracismo são elementos importantes na constituição de condutas afirmativas e inclusivas, tanto dos sujeitos negros, no que tange o alcance do protagonismo, representatividade e valorização da negritude, quanto nos sujeitos brancos, convocados a pensar o lugar social privilegiado da branquitude. Deste modo, é possível afirmar que as políticas educacionais antirracismo produzem efeitos psicológicos, sociais, econômicos e políticos afirmativos.

O terceiro e último ponto proposto para debate nas atividades analisadas neste estudo foi a forma como são feitas as abordagens das temáticas antirracistas no Enem e/ou vestibular. Nesta etapa foram feitas argumentações de retomada dos conteúdos desenvolvidos anteriormente como modo de vinculá-los, justamente, aos modos que podem ser observada a articulação da ERER nos exames mencionados. Foram analisadas e respondidas de maneira coletiva (por parte dos estudantes), questões com conteúdos específicos apresentadas em edições do ENEM e de exames vestibulares da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de anos anteriores. Além disso, foram discutidas também algumas edições das referidas provas que trouxeram como indicação de leitura obrigatória, referência de intelectuais negras e negros importantes no campo da literatura, filosofia e ciências sociais.

Por último, foram analisadas ainda, questões que abordavam o tema das Relações Étnico-Raciais no Brasil de modo transversal, e não na forma de conteúdo direto. Após serem exploradas as diferentes formas como a temática Étnico-Racial pode ser explorada nos exames de seleção para ingresso no Ensino Superior, as atividades foram encerradas com um espaço para exposição de dúvidas, colocações e manifestações diversas por parte dos estudantes no CEUE Pré-vestibular. As ocasiões propiciaram discussões e participações potentes acerca dos conteúdos desenvolvidos nas ações pedagógicas propostas.

Além de contribuir com as questões relacionadas à ERER, o ciclo de palestras permite significar os conhecimentos históricos escolares (SILVA, 2019), propondo relações com a vida dos alunos. Enquanto espaço educativo não-escolar, além do compromisso com a preparação para o vestibular, o preparatório assume também um compromisso social com seus alunos e alunas. Dessa forma, reforçamos a importância de pensar as questões histórico educativas para além dos espaços escolares, pois outros espaços também se utilizam dos conteúdos históricos e das discussões que perpassam o universo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, realizamos uma análise acerca da inscrição da temática da Educação das Relações Étnico-Raciais no contexto do Curso Pré-vestibular popular CEUE Pré-vestibulares – Porto Alegre – RS. Primeiramente, realizamos uma exposição da ambiência social que possibilitou a constituição do CEUE Pré-vestibular. Em seguida, apresentamos o contexto no qual foi criado o evento intitulado Ciclo de Palestras - Temas em História, espaço no qual passaram a ser desenvolvidas ações pedagógicas de cunho inclusivo e problematizador de temas relevantes para o cenário social e político do Brasil contemporâneo.

Posteriormente, dedicamo-nos a articular a entrada do tema da EREER nas ações educativas desenvolvidas no curso Pré-vestibular com alguns conceitos-ferramentas do repertório teórico dos Estudos Culturais, como é o caso das noções de Identidade, Diferença, Inclusão e Exclusão. Nesta etapa, estabelecemos uma conexão para o último eixo analítico deste texto, no qual partimos dos conceitos referenciados para pensar a inserção da EREER como um efeito potente e relevante do atendimento das reivindicações das pautas identitárias.

Ao buscar dar conta das políticas de ação afirmativa, o CEUE Pré-vestibular coloca-se de modo coerente com a proposta educacional de um Pré-vestibular popular, considerando que este se trata de um espaço educacional constituído, desde sua fundação, com bases em ideias pedagógicas propositivas de uma Educação inclusiva e contra-hegemônica. Nessa trilha, salientamos que as atividades analisadas neste texto podem ser entendidas como táticas importantes para a promoção da igualdade racial.

Ações educativas tão somente, não anulam nem revertem os impactos negativos cumulativos sofridos pelas populações negras no Brasil. O CEUE Pré-vestibular tem como público-alvo estudantes de renda baixa, desfavorecidos socialmente se comparados àqueles que ingressam no Ensino Superior após terem acesso a cursos preparatórios de elite.

Com isso em vista, a inserção do tema da EREER em um curso pré-vestibular popular talvez não represente uma “solução” para as inúmeras formas de exclusão social vivenciadas pelas populações negras⁹, mas pode significar, sim, um modo de aliar-se à luta antirracista e propiciar um espaço produtor de impactos subjetivos positivos na constituição identitária das populações negras. Assim, o pré-vestibular em questão coloca-se de modo ativo na redução de impactos de exclusão social dos processos seletivos para o ensino superior.

Não tivemos a intenção de apresentar uma receita para abordar as questões relacionadas à EREER, nem um modelo a ser seguido por outras instituições, sejam elas escolares ou não. No entanto, acreditamos na potência das atividades aqui apresentadas, tanto na sua contribuição para a reflexão e construção crítica do

⁹ Que, vale lembrar, representam 75% da população considerada de baixa renda do país. (IBGE, 2019)

conhecimento quanto para a construção de cidadãos críticos e conscientes. Sendo assim, defendemos a realização de atividades que possam trazer à discussão temas como este, sejam nas escolas, em preparatórios vestibulares ou qualquer outro espaço educativo.

SIQUEIRA, C. F. C.; SILVA, E. C. H. Education of ethnic-racial relations in the Pre-Vestibular context: an analysis of the CEUE PV. *Educação em Revista*, Marília, v. 22, p. 9-22, 2021, Edição Especial.

Abstract: We present a study on the inclusion of the theme of Education of Ethnic-Racial Relations (ERER) within the scope of the popular preparatory course CEUE– Porto Alegre - RS. The methodology used consists of a documentary interpretative analysis of the syllabus contents of a set of lectures presented in preparatory activities. The documents were provided by teachers and the institution's management. We use the theoretical contribution of Cultural Studies as an interpretive resource for anti-racist teaching practices mobilized within the scope of the aforementioned Pre-university entrance exam. We understand the insertion of ERER as an important development in meeting the inclusive demands of identity guidelines. By opening a space for discussion about the ERER theme, the educational institution places itself as an ally of the struggles of black social movements and assumes an affirmative and propositional stance. Such a positioning has powerful effects with regard to the promotion of racial equality, as well as inclusive, counter-hegemonic and problematizing educational practices of social structures.

Keywords: Education of Ethnic-Racial Relations. Popular pre-university entrance exam. History teaching in non-school spaces.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, E. L. *Pré-Vestibulares Comunitários: Movimentos Sociais de educação da década de 1990*. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://educacao.unirio.br/uploads/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PPGEDU%20-%20Elson%20Luiz.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BRASIL. *Lei 10.639*. Institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília. DF. 2003.

BRASIL. *Lei 12.711*. Lei de cotas para o Ensino Superior. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 2012.

CEUE Pré-Vestibular. *Edital nº1/2020* – Seleção de alunos para o CEUE Pré-Vestibular. Disponível em: <https://www.ceuepv.com.br/processo-seletivo>. Acesso em 06/04/2020.

DOMINGUES, P. Espaço Aberto Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 164-176, 2005.

GALLO, S. O pequeno cidadão: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, Aroldo de. (org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 329-343, 2015.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997b.

HALL, S. O espetáculo do outro. Hall, S. *Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Ecuador: Enviñon Editores, 1997a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. 2019.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-170, 2009.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

SILVA, C. B. Conhecimento Histórico Escolar. In: FERREIRA, Marieta Moraes de.; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de Ensino de História*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2019.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THOMA, A. S. Educação Bilíngue nas Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: discursos e estratégias de governamento. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, 2016.

WHITAKER, D. C. A. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para a orientação profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v11n2/v11n2a13.pdf>>. Acesso em: 05/04/2020.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectivados estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

Recebido em: 23/08/2020.

Aprovado em: 17/11/2020.